



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADA:</b> Associação Educativa Evangélica		<b>UF:</b> GO
<b>ASSUNTO:</b> Credenciamento do Centro Universitário Evangélico de Goianésia – UNIEGO, por transformação da Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG, com sede no município de Goianésia, no estado de Goiás.		
<b>RELATOR:</b> Mauro Luiz Rabelo		
<b>e-MEC Nº:</b> 202404601		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> <b>95/2025</b>	<b>COLEGIADO:</b> <b>CES</b>	<b>APROVADO EM:</b> <b>18/2/2025</b>

## I – RELATÓRIO

O presente parecer trata do pedido de credenciamento do Centro Universitário Evangélico de Goianésia – UNIEGO, por transformação da Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG, código e-MEC nº 3789, com sede na Avenida Brasil, nº 1.000, bairro Cova, no município de Goianésia, no estado de Goiás, mantida pela Associação Educativa Evangélica, código e-MEC nº 267, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 01.060.102/0001-65, com sede no município de Anápolis, no estado de Goiás, protocolado no sistema e-MEC nº 202404601, em 7 de maio de 2024.

A instituição apresenta o seguinte histórico de atos de credenciamento e recredenciamento:

Ato Credenciamento	Ato Transferência de Manutenção	Ato Recredenciamento	Ato Recredenciamento
Portaria MEC nº 641, de 1º/3/2005, publicada no DOU de 2/3/2005.	Portaria MEC nº 369, de 19/5/2008, publicada no DOU de 20/5/2008.	Portaria MEC nº 508 de 12/6/2013, publicada no DOU de 13/6/2013.	Portaria MEC nº 823 de 14/10/2020, publicada no DOU de 16/10/2020.

A instituição possui os seguintes conceitos:

CI – Conceito Institucional:	5	2024
CI-EaD – Conceito Institucional EaD:	-	-
IGC – Índice Geral de Cursos:	4	2022

De acordo com, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior – SERES, em 29 de janeiro de 2025, a situação das certidões da mantenedora era a seguinte:

Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – validade até 7 de junho de 2025; e

Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS: de 25 de janeiro a 23 de fevereiro de 2025.

Em consulta realizada pela SERES em 29 de janeiro de 2025, constatou-se que a IES oferta os seguintes cursos superiores:

Código	Grau	Curso	Modalidade	ATO REGULATÓRIO	FINALIDADE	Índices
82741	Bacharelado	ADMINISTRAÇÃO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 948, de 30/8/2021.	Renovação do reconhecimento de curso	CPC: 3 (2018) CC: 4 (2010) ENADE: 2 (2018)
1091379	Bacharelado	AGRONOMIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 949, de 30/8/2021	Renovação do reconhecimento de curso	CPC: 4 (2019) CC: 3 (2014) ENADE: 3 (2019)
82646	Bacharelado	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Educação Presencial	Portaria SERES nº 32, de 23/1/2025.	Renovação do reconhecimento de curso	CPC: S/C (2009) CC: 5 (2023) ENADE: 0 (2009)
90657	Bacharelado	DIREITO	Educação Presencial	Portaria SERES nº 386, de 13/8/2024	Renovação de Reconhecimento de Curso	CPC: 4 (2022) CC: 4 (2014) ENADE: 3 (2022)
1259175	Bacharelado	ENFERMAGEM	Educação Presencial	Portaria SERES nº 57, de 6/1/2022.	Renovação de Reconhecimento de Curso	CPC: 4 (2019) CC: 4 (2019) ENADE: 2 (2019)
1158571	Bacharelado	ENGENHARIA CIVIL	Educação Presencial	Portaria SERES nº 110, de 4/2/2021	Renovação de Reconhecimento de Curso	CPC: 4 (2019) CC: 4 (2017) ENADE: 2 (2019)
1300115	Bacharelado	ENGENHARIA MECÂNICA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 982, de 16/11/2022.	Reconhecimento de Curso	CPC: - CC: 4 (2022) ENADE:
1613732	Bacharelado	MEDICINA VETERINÁRIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 16, de 17/3/2023	Autorização de Curso	CPC: - CC: - ENADE:
1349761	Bacharelado	ODONTOLOGIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 456, de 29/11/2023	Renovação de Reconhecimento de Curso	CPC: - CC: 4 (2023) ENADE:
1467012	Bacharelado	PSICOLOGIA	Educação Presencial	Portaria SERES nº 1.164, de 20/10/2021	Autorização de Curso	CPC: - CC: 5 (2021)

Em 29 de janeiro de 2025, foi identificado o seguinte processo protocolado no sistema e-MEC:

Nº PROCESSO	ATO	CURSO	FASE ATUAL
202415519	Autorização de Curso	Engenharia de Software, bacharelado	DESPACHO SANEADOR

O processo foi instruído com análise documental, avaliação externa *in loco* realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, bem como o Parecer Final da SERES. Os documentos instruídos no processo, em conformidade com as normas vigentes, foram submetidos à análise da Coordenação-Geral competente, responsável por exarar Despacho Saneador, que foi concluído com resultado satisfatório, sendo o processo, então, encaminhado para a fase de avaliação pelo Inep.

O processo de avaliação *in loco* de cursos superiores e das IES, conduzido pelo Inep, constitui referencial básico ao processo decisório de regulação e supervisão da Educação Superior. Os resultados da avaliação são utilizados como evidências na tomada de decisão acerca da homologação dos respectivos atos autorizativos, quais sejam: autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso superior, bem como credenciamento, credenciamento ou transformação de organização acadêmica de IES. As avaliações são orientadas por instrumentos de avaliação institucional externa ou por instrumentos de avaliação de cursos superiores.

Assim, em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 18 de dezembro de 2017, na Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicada no DOU, em 3 de setembro de 2018, o processo de credenciamento foi encaminhado ao Inep para realização da avaliação *in loco*, que seguiu os procedimentos previstos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa – presencial e a distância.

O instrumento de avaliação de 2017 contempla as dez dimensões previstas no art. 3º da Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, quais sejam: a missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes; e a sustentabilidade financeira. As dimensões foram agrupadas por afinidade em cinco eixos, com indicadores que apresentam elementos de avaliação e os respectivos critérios de análise e verificação.

Conforme relatório constante do processo (Código de Avaliação e-MEC nº 222587), a avaliação *in loco* realizada no período de 23 a 25 de outubro de 2024, resultou nos seguintes conceitos:

Eixos	Conceitos
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	5,00
Eixo 2: Desenvolvimento institucional	5,00
Eixo 3: Políticas acadêmicas	4,91
Eixo 4: Políticas de gestão	4,83
Eixo 5: Infraestrutura	4,13
<b>Conceito Final</b>	<b>5</b>

O relatório não foi objeto de impugnação pela IES e nem pela SERES. As sínteses elaboradas pela comissão de avaliação *in loco* para corroborar a atribuição dos conceitos podem ser consultadas diretamente no processo.

A seguir, são reproduzidas as considerações da SERES acerca do processo:

[...]

#### 8. CONSIDERAÇÕES DA SERES

*Com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos e desburocratizar fluxos e aprimorar a qualidade da atuação regulatória do Ministério da Educação, exarou-se o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.*

*Com efeito, a Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada no DOU de 03 de setembro de 2018, estabeleceu os procedimentos e o padrão decisório aplicados aos processos regulatórios das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.*

*O art. 3º da referida PN nº 20/2017 estabelece os critérios utilizados por esta SERES para analisar e decidir os processos de credenciamento e credenciamento em sede de Parecer Final, in verbis:*

*Art. 3º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:*

*I - CI igual ou maior que três;*

*II - conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI;*

*III - plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes;*

*IV - atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e*

*V - certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.*

*Parágrafo único. Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em um eixo, desde que os demais eixos e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.*

*Ademais, nos casos de credenciamento de Centro Universitário, aplica-se ainda, a Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2, de 23 de junho de 2017.*

*O pedido de credenciamento do CENTRO UNIVERSITÁRIO EVANGÉLICO DE GOIANÉSIA – UNIEGO (cód. 3789), por transformação da Faculdade*

*Evangélica de Goianésia, protocolado nesta Secretaria, foi submetido ao fluxo regulatório e obteve visita in loco realizada por equipe de especialistas do Inep.*

*As informações a seguir sintetizam a análise do atendimento dos requisitos da PN nº 20/2017 pela IES:*

Requisitos - PN nº 20/2017		
Art. 3º. Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios	Sim	Não
I. CI igual ou maior que três; <u>Justificativa: A IES obteve conceito “5” na avaliação in loco.</u>	X	
II. conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI; <u>Justificativa: A IES obteve conceito maior que 3 em todos os eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI.</u>	X	
III. plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes; <u>Justificativa: A IES anexou os Planos de Acessibilidade e respectivo laudo no sistema e-MEC.</u>	X	
IV - atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e <u>Justificativa:</u> O Plano de Fuga, em caso de incêndio e laudo encontram-se anexados no sistema e-MEC, em observância às exigências estabelecidas nas alíneas “f” e “g” do inciso I do art. 20, do Decreto nº 9.235/2017.  A IES anexou o Certificado de Conformidade emitido pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, com validade até 24/10/2024.	X	
V - certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS. <u>Justificativa:</u> Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União – Validade: 07/06/2025. Certificado de Regularidade do FGTS – Validade: 25/01/2025 a 23/02/2025.	X	

Requisitos - PN nº 20/2017		
Art. 4º. O pedido de credenciamento presencial será indeferido, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria, caso os seguintes indicadores obtiverem conceito insatisfatório igual ou menor que 2 (dois):	Sim	Não
I. PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação; <u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “5”.</u>	X	
II. salas de aula; <u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “4”.</u>	X	
III. laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, quando for o caso; <u>Justificativa: Conforme relatório INEP, este indicador recebeu conceito “4”.</u>	X	
IV. bibliotecas: infraestrutura; <u>Justificativa: Este indicador obteve conceito “4”.</u>	X	

*Para a verificação da pertinência e viabilidade do pedido de credenciamento como CENTRO UNIVERSITÁRIO da Instituição em referência procedeu-se à análise do processo à luz dos requisitos e especificações da Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010 e alterações.*

*As informações a seguir sintetizam a análise do atendimento a esses requisitos pela IES:*

<i>Requisitos</i>	<i>Sim</i>	<i>Não</i>
<i>Art. 2º. A criação de Centros Universitários será feita por credenciamento de Faculdades já credenciadas, em funcionamento regular há, no mínimo, 6 (seis) anos, e que tenham obtido conceito igual ou superior a 4 (quatro), na avaliação institucional externa, no ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) imediatamente anterior.</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: A IES funciona há mais de 6 anos e obteve conceito “5” no ciclo avaliativo.</i>		
<i>Art.3º I - mínimo de 20% (vinte por cento) do corpo docente contratado em regime de tempo integral;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: Em diligência instaurada para sanar as divergências identificadas no relatório quanto aos dados dos docentes, a IES informou que possui 86 docentes, sendo 23 docentes (26,74%) estão contratados em regime de tempo integral.</i>		
<i>II - mínimo de 33% (trinta e três por cento) do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: Em diligência instaurada para sanar as divergências identificadas no relatório quanto aos dados dos docentes, a IES possui 86 docentes, dos quais 42 (48,84%) possuem titulação acadêmica de mestrado e 16 (18,60%) possuem titulação acadêmica doutorado.</i>		
<i>III - mínimo de 8 (oito) cursos de graduação reconhecidos e com conceito satisfatório obtido na avaliação realizada pelo Ministério da Educação;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: A IES possui 8 cursos de graduação reconhecidos e com conceito satisfatório.</i>		
<i>IV - plano de desenvolvimento institucional e proposta de estatuto compatíveis com a solicitação de transformação em Centro Universitário;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: Constam no presente processo o PDI (2024-2028) e Estatuto compatíveis com o pedido de transformação em Centro Universitário.</i>		
<i>V - programa de extensão institucionalizado nas áreas do conhecimento abrangidas por seus cursos de graduação;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</i>		
<i>VI - programa de iniciação científica com projeto orientado por professores doutores ou mestres, podendo também oferecer programas de iniciação profissional ou tecnológica e de iniciação à docência;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: Este indicador obteve conceito “5”.</i>		
<i>VII - plano de carreira e política de capacitação docente implantados;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: O indicador “Política de capacitação docente e formação continuada” obteve conceito “5”. Convém ressaltar que a reforma trabalhista estabeleceu (§ 2º do art. 461 da CLT) que não há necessidade de que o empregador faça a homologação ou o registro do seu quadro de carreira ou plano de cargos e salários junto ao Ministério do Trabalho para ter validade.</i>		
<i>VIII - biblioteca com integração efetiva na vida acadêmica da Instituição e que atenda às exigências dos cursos em funcionamento, com planos fundamentados de expansão física e de acervo;</i>	<i>X</i>	
<i>Justificativa: O indicador “Bibliotecas: plano de atualização do acervo” obteve conceito</i>		

“4”. A infraestrutura da biblioteca conceito “4”.		
IX - não ter sofrido, nos últimos 5 (cinco) anos, relativamente à própria instituição ou a qualquer de seus cursos, as penalidades de que trata o § 1º do art. 46 da Lei nº 9.394/1996, regulamentado pelo art. 52 do Decreto nº 5.773/2006.  Justificativa: <u>Em consulta ao sistema e-MEC, não há registro de penalidades sofridas pela Instituição.</u>	X	
X - não ter sofrido qualquer das penalidades de que trata o § 1º do art. 46 da Lei nº 9.394/1996, regulamentado pelo art. 52 do Decreto nº 5.773/2006; Justificativa: <u>Em consulta ao sistema e-MEC, não há registro de penalidades sofridas pela Instituição.</u>	X	

Da análise dos autos, conclui-se que a Instituição em referência possui condições excelentes de infraestrutura, de organização acadêmica e de organização administrativa. O Relatório de Visita produziu um Conceito Institucional – CI “5”. Ademais, a instituição atendeu a todas as condições para credenciamento como Centro Universitário, nos termos do Decreto nº 9.235/2017, da PN nº 20/2017 e da Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2, de 23 de junho de 2017.

Além disso, os Planos de Acessibilidade e de fuga, e laudo de acessibilidade, encontram-se anexados ao sistema e-MEC, em observância às exigências estabelecidas nas alíneas “f” e “g” do inciso I do artigo 20 do Decreto nº 9.235/2017.

A IES anexou o Certificado de Conformidade emitido pelo CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, com validade até 24/10/2024.

Considerando a Portaria Normativa nº 1/2017, que estabelece os prazos dos atos regulatórios institucionais, o prazo de validade do Ato de credenciamento para a Instituição em epígrafe será de 5 (cinco) anos, de acordo com Conceito Institucional da IES obtido no presente processo.

Destarte, considerando que o processo de credenciamento de centro universitário encontra-se em conformidade com o disposto no Decreto nº 9.235/2017, bem como com as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, republicadas no DOU de 03 de setembro de 2018, e fundamentando-se, principalmente, nos resultados obtidos nas avaliações in loco, esta Secretaria manifesta-se favoravelmente ao pedido.

## 9. CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando a instrução processual e a legislação vigente, esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior é de parecer FAVORÁVEL ao credenciamento do CENTRO UNIVERSITÁRIO EVANGÉLICO DE GOIANÉSIA – UNIEGO (cód. 3789), por transformação da Faculdade Evangélica de Goianésia, instalado na Avenida Brasil, nº 1.000, bairro Cova, com sede no município de Goianésia, no estado de Goiás. CEP: 76385-608, mantido pela ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA EVANGELICA (cód. 267), com sede no município de Anápolis, no estado do Goiás, pelo prazo de 5 anos, submetendo o presente processo à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação

Assim, em 7 de fevereiro de 2025, a SERES manifestou-se favorável ao pedido de credenciamento do UNIEGO, por transformação da FACEG, submetendo o presente processo

à deliberação da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação – CES/CNE.

Em face do exposto, acolhendo a decisão da SERES, este Relator encaminha o seguinte voto para apreciação da CES/CNE, nos termos abaixo exarados.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1, de 20 de janeiro de 2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2, de 23 de junho de 2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Evangélico de Goianésia – UNIEGO, por transformação da Faculdade Evangélica de Goianésia – FACEG, com sede na Avenida Brasil, nº 1.000, bairro Cova, no município de Goianésia, no estado de Goiás, mantido pela Associação Educativa Evangélica, com sede no município de Anápolis, no estado de Goiás, observando-se tanto o prazo de cinco anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Brasília-DF, 18 de fevereiro de 2025.

Conselheiro Mauro Luiz Rabelo – Relator

## **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.

Sala das Sessões, em 18 de fevereiro de 2025.

Conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr. – Presidente

Conselheira Luciane Bisognin Ceretta – Vice-Presidente